



"Quão Difícil Nos Temos Movido"

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS COMUNICADO NACIONAL 16/17

28 de Julho de 2017



Organização Europeia de
Associações Militares

O Roubo não é só nos Paióis!

Chamando a atenção para a realidade que vai muito para além do "caso dos paióis de Tancos" e de alguns outros casos que têm feito manchetes na comunicação social, importa referir situações concretas que vivem os militares que prestam serviço nas Forças Armadas.

Situações que configuram verdadeiros esbulhos, autênticos "roubos", nos seus depauperados orçamentos familiares e que ainda não viram qualquer reversão aos duros ataques que sofreram. Pelo contrário, são confrontados com artimanhas que os penalizam ainda mais.

Referimo-nos aos militares que aguardam as suas promoções, por exemplo, com data de antiguidade a 1 de Janeiro de 2017, e que continuam a aguardar o despacho conjunto do MDN e do ministro das Finanças. Ora sabendo que o efeito remuneratório da promoção só se produz a partir da publicação em Diário da República do respectivo despacho, e sabendo ainda que a entidade que requer tal publicação em DR, agora tem que a pagar, quem está a sofrer as consequências destas medidas são os militares que não têm os seus direitos devidamente respeitados.

A estes militares já esbulharam o equivalente à diferença de vencimento para o novo posto referente a oito meses (Janeiro a Julho mais subsídio de férias) a que se somam ainda mais quatro duodécimos do subsídio de Natal (8 x 1/2 duodécimo do subsídio de Natal).

Se esta situação é indesejável, desonesta e fortemente penalizadora para os militares dos Quadros Permanentes, o que está a acontecer também com militares em Regime de Contrato (RC) roça a vigarice!

Desde Fevereiro/Março existem Furriéis RC que já deveriam ter sido promovidos ao posto de Segundo-Sargento. Esta é uma promoção por diuturnidade que, por si só, deveria constituir um mero acto administrativo.

O protelar desta situação, para além de implicar um pagamento mensal mais baixo, implica também que quando estes militares passarem à situação de Reserva na Disponibilidade, o subsídio de desemprego que lhes deve ser atribuído ao abrigo do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar no Regime de Contrato e Voluntariado vai sofrer uma forte redução atendendo a que, para obter o valor do subsídio de desemprego a que tem direito, deve calcular 65% do valor bruto do total das remunerações mensais dos primeiros doze meses dos últimos catorze, a contar do mês anterior ao do fim do contrato, e portanto, à data do desemprego, tendo ainda em conta os subsídios de férias e de Natal.

Como a promoção não tem lugar, nem sequer é publicada na data que deveria ser, entra para este cálculo uma parte significativa com base num posto inferior.

Sendo verdade que os competentes serviços do Pessoal e dos Recursos Humanos já tenham enviado os processos para despacho, não deixa de ser grave que também no ano passado se tenha verificado idêntica situação e que este adiamento das promoções possa já ser encarado como "um procedimento normal". Esta é uma situação profundamente penalizadora para os militares em fim de contrato (não só os Furriéis, mas também os Cabos e os Alferes) que são promovidos ao posto imediato durante o último ano de contrato.

É vergonhoso que se adie a promoção para assim se lhes pagar uma indemnização mais baixa.

Atendendo a que o valor bruto da remuneração de um Furriel é de 1.102,08€ e que a remuneração ilíquida de um Segundo-Sargento é de 1.534,60€, neste momento, o Furriel que deveria ter sido promovido a Segundo-Sargento no final de Fevereiro já está a ser espoliado num valor bruto, ilíquido, antes da dedução de impostos, de 2.595,12€ (6 x 432,52), a que ainda se devem somar mais três duodécimos do subsídio de Natal.

E como este, existem muitos mais casos! Adiam-se as promoções dos militares dos Quadros Permanentes e dos militares em Regime de Contrato para ajudar a cumprir as metas do défice?

Mais um caso para dizer que algumas medidas aprovadas durante a "troika" continuam a perdurar na vida dos militares.

Não adianta virem os responsáveis carpir as dificuldades no recrutamento e agitarem as bandeirinhas de novas missões no estrangeiro procurando assim atrair (enganando) os jovens.

A melhor publicidade é dada pelo tratamento conferido àqueles que estão ao serviço das Forças Armadas! E esse tratamento, convenhamos, tem estado muito abaixo do nível exigível da decência, do rigor e da honestidade!

Queremos continuar a servir o País, de acordo com o compromisso assumido e o juramento feito perante a Bandeira Nacional e o Povo Português. Por isso vamos continuar a lutar para que se cumpram as Leis da República e se respeite a Constituição!

**A Direcção
28 de Julho de 2017**